**CERTIDÃO AMBIENTAL DE CONFORMIDADE À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL RELATIVA A ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

**1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

**2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

**3 – Comprovante de residência (para requerentes pessoas físicas).**

**4 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

**5 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

**6 – Prova de justa posse**

Poderão ser apresentados os seguintes documentos:

* Cópia do título de propriedade do imóvel e Certidão de inteiro teor do Registro Geral de Imóveis (RGI);
* Cópia da certidão de aforamento, se for o caso;
* Cópia da Cessão de Uso (CCU), quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado;
* Cópia da Certidão de Distribuidor Cível e outros documentos que comprovem a posse, se for o caso;
* Declaração de beneficiário da reforma agrária, se for o caso;
* Apresentar também Contrato de Locação, de Comodato ou outros, se o requerente não for proprietário do imóvel.

**7 – Recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR**

Quando se tratar de imóvel rural.

**8 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

**9 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

**10 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

**11 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

**12 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)**

Cópia do Registro no Conselho de Classe do profissional(is) responsável(is) pelo projeto, pela construção, operação ou elaboração da atividade.

**13 – Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do(s) profissional(is) responsável(is).**

**14 – Memorial descritivo**

Deverá incluir:

1. O endereço da atividade, informando principais acessos;
2. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
3. Corpos d’água mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
4. Descrição detalhada da atividade e/ou empreendimento a ser realizado.

**15 – Planta de localização**

Planta georreferenciada, ou mapas do programa Google Earth, indicando as coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos), em SIRGAS 2000.

**No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**